

Palavra-Chave

EM mesa-redonda promovida pelo JORNAL DO BRASIL, dois parlamentares, dois administradores e um educador, todos especialistas em questões sanitárias, procuraram apontar para o que poderiam ser as linhas mestras de uma política de saúde dentro do novo quadro institucional em que o país vai ingressar. Convergiram os debatedores, em consonância aliás com as opiniões de outros **experts**, para a constatação de que racionalidade é a palavra-chave na reorientação dos esforços nessa área.

Vai-se formando, de fato, um consenso de que já existe no país razoável estrutura de serviços médicos e hospitalares, não havendo pois razão para insistir-se na mentalidade hoje vigente, voltada para o incentivo de obras e programas novos. O número de médicos e enfermeiros, a quantidade de leitos e equipamentos, a extensão e a qualidade das instalações podem não ser o ideal, mas são o bastante para permitir uma considerável melhoria da assistência prestada aos brasileiros.

São poucos mas não desprezíveis os recursos destinados ao setor, algo pela altura de 4% do PIB, o que não nos distancia muito da Inglaterra, onde os gastos são da ordem de 5% do PIB. A diferença-chave, entretanto, não está no que este 1% representa em termos de volume de aplicações e, inversamente, da quantidade de pessoas a serem assistidas; ela reside no fato de que o Brasil gasta mal os seus 4% e a Grã-Bretanha usa de modo racional o que reserva aos seus médicos e hospitais. Se gastarmos bem as nossas disponibilidades não teremos ainda uma assistência

tão boa quanto a que recebem os ingleses, mas teremos algo muito superior ao que hoje recebemos.

O caminho da racionalização aponta simultaneamente para a progressiva unificação de serviços hoje dispersos em quatro Ministérios — Saúde, Previdência, Interior e Educação — e para uma descentralização que na prática signifique a co-gestão dos recursos, com ênfase na responsabilidade de aplicação pelas Secretarias Municipais de Saúde, que conhecem as reais necessidades da população e portanto sabem onde empregar com resultados mais positivos o dinheiro repassado pela União e os Estados.

As vantagens da criteriosa unificação dos serviços se traduzirão desde logo na eliminação da duplicidade de serviços e na contenção do desperdício. Serão ainda mais positivos os resultados se — como observou um dos debatedores — a administração passar a nortear-se pelo conceito de custeio dos serviços e não apenas pelo de produtividade, hoje uma fonte de distorções.

Orçamento unificado, serviços racionalizados e aplicação descentralizada — eis uma receita válida não só para a saúde, mas para muitos outros setores da administração nacional. A mudança, para melhor, do quadro sanitário brasileiro irá depender, portanto, da mudança de toda a filosofia de ação do Governo. E não se inspirará, certamente, na presunção de que cumpre ao Estado assumir a assistência médica de toda a população. Aí também deverá reger o princípio de que racionalidade opõe-se a gigantismo e prioridade não rima com inflação.